



Estratégia
Carreira Jurídica

3° SIMULADO

DPE PR

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da DPE-PR para Defensor Público.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8:30 às 13:00** para responder às questões;
- 6 – O caderno de questões comentado estará disponível na área do aluno.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-DPE-PR-18-07>

Cartão de Respostas								
1		21		41		61		81
2		22		42		62		82
3		23		43		63		83
4		24		44		64		84
5		25		45		65		85
6		26		46		66		86
7		27		47		67		87
8		28		48		68		88
9		29		49		69		89
10		30		50		70		90
11		31		51		71		91
12		32		52		72		92
13		33		53		73		93
14		34		54		74		94
15		35		55		75		95
16		36		56		76		96
17		37		57		77		97
18		38		58		78		98
19		39		59		79		99
20		40		60		80		100

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL****Marcos Gomes**

01. Determinado Estado da federação, modificou, por meio de lei complementar, a denominação do cargo de datiloscopista policial para perito papiloscopista. Sobre o fato, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A modificação é inconstitucional, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres dos policiais civis, e conseqüentemente, dispor sobre os peritos oficiais.
- b) A modificação é inconstitucional, uma vez que compete aos Estados legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres dos policiais civis, mas dispor sobre os peritos oficiais é competência da União.
- c) A modificação é constitucional, pois é concorrente a competência para dispor sobre os peritos oficiais, uma vez que aos Estados compete, concorrentemente com a União, legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres dos policiais civis.
- d) A modificação é constitucional, pois, apesar de competir privativamente à União legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres dos policiais civis, podem os Estados dispor sobre os peritos oficiais.
- e) A modificação é inconstitucional, uma vez que compete aos Estados legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres dos policiais civis, mas dispor sobre os peritos oficiais é competência dos Municípios.

02. Considere:

- I. O Princípio da Unidade preceitua que a Constituição deve ser sempre interpretada em sua globalidade.
- II. Pelo princípio da harmonização, diante de normas que possuem mais de uma interpretação, deve-se preferir a exegese que mais se aproxime da Constituição.

III. O princípio da máxima efetividade estabelece que as normas constitucionais devem ser interpretadas de forma que alcancem a mais ampla efetividade social.

No que concerne aos princípios da interpretação constitucional, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

03. Sobre o processo de emenda à Constituição é correto afirmar:

- a) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- b) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Vice-Presidente da República.
- c) a Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- d) a emenda à Constituição será promulgada pela Mesa do Congresso Nacional, com o respectivo número de ordem.
- e) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico e os direitos e garantias individuais.

04. De acordo com o entendimento do STF, considere:

- I. Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de Tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- II. A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por

afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

III. É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

IV. A competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

05. Leonardo, motorista profissional, enquanto dirigia o caminhão de sua propriedade, invadiu a pista contrária vindo a bater de frente com um carro, causando a morte dos dois ocupantes deste veículo. Após processo criminal com ampla dilação probatória, Leonardo foi condenado por homicídio culposo no trânsito.

A respeito do caso, de acordo com o entendimento do STF:

- a) é inconstitucional a imposição da pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor ao motorista condenado por homicídio culposo no trânsito, em consequência do direito absoluto ao exercício de atividades profissionais.
- b) é inconstitucional a imposição da pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor ao motorista condenado por homicídio culposo no trânsito, apesar de

inexistir direito absoluto ao exercício de atividades profissionais.

c) é constitucional a imposição da pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor ao motorista condenado por homicídio culposo no trânsito, ainda que direito ao exercício de atividades profissionais seja absoluto.

d) é constitucional a imposição da pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor ao motorista condenado por homicídio culposo no trânsito, uma vez que inexistente direito absoluto ao exercício de atividades profissionais.

e) é inconstitucional a imposição da pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor ao motorista condenado por homicídio culposo no trânsito, pois o impossibilita de extrair seu sustento de outra atividade econômica.

06. Sobre o mandado de segurança, é correto afirmar:

- a) Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
- b) No caso de decisão denegatória decidida em única instância pelos Tribunais Superiores, caberá recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- d) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- e) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, todas elas deverão requerer o mandado de segurança conjuntamente.

07. Considerando as classificações das Constituições, a Constituição Brasileira de 1988 é,

- a) quanto à origem, outorgada e quanto ao modo de elaboração, histórica.
- b) quanto à extensão, analítica e quanto ao conteúdo, formal.
- c) quanto à forma, escrita e quanto à extensão, sintética.
- d) quanto à origem, promulgada e quanto à forma, costumeira.
- e) quanto ao modo de elaboração, dogmática e quanto à alterabilidade, flexível.

08. Considere as afirmativas a seguir:

I. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.

II. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, apenas, mediante plebiscito e referendo.

III. A idade mínima como condição de elegibilidade para Presidente da República, Vice-Presidente da República e Senador é de trinta e cinco anos, sendo de vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.

IV. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Em relação aos direitos políticos, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

09. Acerca das Funções essenciais à Justiça, é correto afirmar que

a) lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

b) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

c) A Defensoria Pública da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

d) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

e) A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

10. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

III. garantir o desenvolvimento nacional.

IV. buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) II e III.

c) I, II e III.

d) I, II e IV.

e) I, III e IV.

11. Em defesa de Direitos e Garantias Fundamentais, o instituto denominado de Estado de Coisas Inconstitucional (ICI) foi utilizado pelo Supremo Tribunal quando do julgamento da ADPF nº 347/DF, que tratou da crise do sistema carcerário brasileiro. A respeito desse assunto, indique a assertiva correta.

a) O Estado de Coisas Inconstitucional teve sua origem nas decisões da Corte Constitucional dos Estados Unidos, a partir da análise e constatação de violações pontuais e sistemáticas de direitos fundamentais.

b) O Estado de Coisas Inconstitucional tem por finalidade a construção de soluções estruturais destinadas à superação de violação massiva de direitos fundamentais das populações vulneráveis em razão da omissão ou ineficiência do Poder Público.

c) O reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional não permite o ativismo judicial, isto é, não permite que o Judiciário ultrapasse o limite da independência e separação de Poderes, para determinar a fixação de políticas públicas e nem para ordenar que o Legislativo regulamente determinada matéria.

d) Para que se caracterize o denominado Estado de Coisas Inconstitucional é suficiente a omissão de apenas um órgão ou autoridade do Executivo, desde que causadora de ofensa a direito fundamental, uma vez que a responsabilidade pelas políticas públicas destinadas à implementação de direitos fundamentais é da instância administrativa.

e) A caracterização do ECI depende de grave, permanente e generalizada violação de diferentes direitos fundamentais, não sendo suficiente a infringência de um único direito, embora extensível a um número incontável de pessoas.

12. Um candidato, aprovado no concurso para técnico em eletrotécnica na Companhia de Saneamento do Paraná, teve sua classificação alterada após revisão das notas do concurso. O candidato já havia sido contratado e ajuizou ação perante a Justiça Estadual. No julgamento de recurso, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná o manteve no cargo. Com isso, a sociedade de economia mista recorreu para o Supremo Tribunal de Federal sob o argumento de que a competência para resolver a controvérsia seria da Justiça do Trabalho.

Assim, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa correta:

a) Compete à Justiça Comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade de certame em face da administração pública direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal.

b) Compete à Justiça Comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e à Justiça do Trabalho processar e julgar controvérsias relacionadas à fase de admissão de pessoal e eventual nulidade de certame em face da administração pública direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal.

c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade de certame em face da

administração pública direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal.

d) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e à Justiça Comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase de admissão de pessoal e eventual nulidade de certame em face da administração pública direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal.

e) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e à Justiça Comum processar e julgar controvérsias relacionadas à eventual nulidade de certame em face da administração pública direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal.

III- A Corte Interamericana entendeu que a decisão proferida pela Suprema Corte violou o Pacto de San Jose da Costa Rica, mas não a Convenção Americana de Direitos Humanos.

IV- A Corte Interamericana entendeu que foi violado o direito das crianças serem ouvidas, eis que garantia processual.

a) Todas estão corretas

b) Apenas a I está correta

c) Apenas estão corretas I e II

d) Apenas I e IV estão corretas.

e) Apenas I e III estão corretas.

14. Assinale a alternativa incorreta em relação ao Caso Luiz Melinho vs Brasil:

a) Foi admitido perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o caso Luiza Melinho que tratou, de maneira principal, do direito à realização de cirurgia de afirmação sexual.

b) De acordo com a Corte Interamericana, o Estado do Brasil teria violado os direitos humanos ao negar a realização de uma cirurgia de afirmação sexual através do sistema público de saúde e negado a pagar-lhe a realização da cirurgia em um hospital partícula.

c) No caso Luiza Melinho ocorreram a violação dos seguintes direitos: integridade pessoal, proteção da honra e dignidade, igualdade perante a lei, entre outros direitos previstos na CADH.

d) A jurisprudência do sistema interamericano já estabeleceu que a orientação sexual, a identidade de gênero e a não discriminação por motivos de gênero são componentes fundamentais da vida privada das pessoas.

e) O direito à vida privada garante esferas da intimidade que o Estado ou ninguém pode invadir, tais como a capacidade para desenvolver a própria personalidade e aspirações e determinar sua própria identidade, bem como campos de atividade das pessoas que são próprios e autônomos de cada um, tais como suas decisões, suas relações interpessoais e familiares e seu domicílio

DIREITOS HUMANOS

Lúcia Reinert

13. Em relação ao Caso Atala Riffo vs Chile, assinale a alternativa correta:

I- Karen Atala Riffo era casada com Ricardo Jaime López Allendes e, dessa união nasceram três filhas. Posteriormente se divorciaram e a guarda das três ficou com a mãe. Ocorre que tempos depois, ela se envolveu com outra mulher. Diante disso, o genitor buscou, junto à justiça, a guarda das filhas, por conta do ambiente homoafetivo em que a mãe vivia. Embora tenha perdido nas duas primeiras instâncias, O PAI teve seu recurso provido na Suprema Corte do Chile. Isto é, obteve **direito de ficar com as filhas**, pois como a orientação sexual materna poderia expor as filhas à discriminação e lhes causar confusão psicológica, a melhor solução seria mantê-las sob os cuidados paternos, no âmbito de uma família tradicional.

II- A Corte Interamericana de Direitos Humanos manteve a decisão da Suprema Corte do Chile com fulcro na discriminação e no direito à primeira infância das crianças em um ambiente livre de preconceito.

15. Em relação ao Crime de Desacato, assinale a alternativa incorreta, em relação ao entendimento da Comissão Interamericana, Corte Interamericana e a jurisprudência dos Tribunais Superiores do ordenamento jurídico brasileiro.

a) O Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, que ficou conhecida como "Pacto de São José da Costa Rica". Neste tratado internacional, promulgado pelo Decreto nº 678/92, foi previsto como um dos direitos ali consagrados a liberdade de expressão. (artigo 13). De acordo com o STF, a natureza da CADH é supralegal.

b) O Pacto de São José da Costa Rica possui, portanto, status supralegal, estando hierarquicamente acima das leis, mas abaixo da Constituição Federal.

c) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos afirmou que as leis de desacato se prestam ao abuso, como meio para silenciar ideias e opiniões consideradas incômodas bem assim proporcionam maior nível de proteção aos agentes do Estado do que aos particulares, em contravenção aos princípios democrático e igualitário.

d) O Brasil já foi responsabilizado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por ter condenado uma pessoa pela prática de desacato, em desconformidade com a CADH.

e) No julgamento da ADPF 496 do STF, por maioria, o STF decidiu que o crime de desacato não restringe a liberdade de expressão, uma vez que encontra seus limites quando é utilizada como pretexto para violações graves a outros interesses e direitos fundamentais.

16. De acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos, consideram-se como tratados de hierarquia constitucional:

I- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

II- Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

III- Tratado de Marraqueche

IV- Convenção Americana de Direitos Humanos

a) Todas as afirmações.

b) Apenas I e II

c) Apenas I e III

d) Apenas II e IV

e) Apenas, I, II e III

17. Em relação a proteção dos Direitos Humanos no Brasil pelo sistema interamericano, assinale a alternativa correta:

a) A primeira condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana ocorreu no caso Damião Ximenes Lopes, advogado assassinado por grupo de extermínio no Rio Grande do Norte

b) Durante a ditadura civil-militar, a maior parte das denúncias à Comissão Interamericana foi realizada por indivíduos ou grupo de indivíduos e fundamentada na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

c) A Corte Interamericana pode tomar medidas cautelares para evitar danos irreparáveis agindo de ofício, como fizera nos casos Presídio Urso Branco e dos adolescentes privados de liberdade no Complexo Tatuapé da FEBEM.

d) A Corte Interamericana pode tomar medidas provisórias para evitar danos irreparáveis agindo de ofício, como fizera nos casos Presídio Urso Branco e dos adolescentes privados de liberdade no Complexo Tatuapé da FEBEM.

e) A Comissão Interamericana responsabilizou o Estado brasileiro no caso Escher por violação aos direitos à privacidade, à honra e à reputação, em virtude de interceptação e monitoramento ilegal de linhas telefônicas de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

18. Em relação ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o STF, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em 2018, ao sentenciar o Caso do Povo Indígena Xucuru e seus Membros vs. Brasil, a Corte IDH tratou do direito à propriedade coletiva da terra.
- b) No caso Herzog e outros vs. Brasil, a Corte determinou que os fatos ocorridos contra o jornalista Vladimir Herzog devam ser considerados crime contra a humanidade, de acordo com a definição do direito internacional. Para a Corte IDH, o Brasil não pode invocar prescrição ou aplicar o princípio ne bis in idem, a Lei de Anistia ou qualquer outra disposição similar do direito interno para escusar-se de seu dever de investigar e punir os responsáveis pelos crimes de que foi vítima Vladimir Herzog.
- c) Assim como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o STF entende que os crimes cometidos em um contexto sistemático e generalizado à população civil é imprescritível.
- d) Para o STF, o Brasil não subscreveu a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, logo, é prescritível.
- e) Para o STF, apenas a lei interna pode dispor sobre prescritibilidade ou imprescritibilidade de crimes no Brasil.

19. São as garantias judiciais asseguradas pela Convenção Americana de Direitos, exceto:

- a) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por tradutor ou intérprete em todo processo judicial.
- b) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor;
- c) direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada
- d) direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei;

e) O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça

20. De acordo com a CADH, em caso de guerra, de perigo público, ou de outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado Parte, este poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, suspendam a promoção, proteção e efetivação de direitos. A disposição precedente não autoriza a suspensão dos seguintes direitos, exceto:

- a) Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica e Direito à vida
- b) Direito à integridade pessoal e Liberdade de consciência e de religião
- c) Proteção da família e Direito ao nome
- d) Direito à nacionalidade e Direitos políticos
- e) Direito à propriedade privada e liberdade de associação

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lúcia Reinert

21. Em relação as Teses Institucionais da Defensoria Pública do Paraná e o Direito Penal Juvenil, assinale a alternativa incorreta.

- a) No processo socioeducativo, ainda que presentes as hipóteses do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedada a aplicação da medida socioeducativa de internação quando, em situação análoga, no processo-crime, possa ser determinado o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime inicial diverso do fechado
- b) É direito da defesa, nos termos do art. 8.2.f da CADH, inquirir testemunhas, independentemente de não terem sido arroladas por ocasião da apresentação da defesa.
- c) A cognição no processo de execução da medida socioeducativa está limitada à verificação do atingimento pelo executado das metas do Plano Individual de Atendimento, sendo ilegal a manutenção da medida por

elementos externos ao plano, sobretudo em razão do lapso temporal e da gravidade do fato, ignorando o alcance dos objetivos do PIA. (Redação aprovada pela maioria de 2/3 dos presentes

d) Júri - requisição do réu preso pelo juízo em data anterior ao julgamento em Plenário - entrevista reservada pelo Defensor Público - homenagem ao princípio constitucional da Plenitude de defesa e à Convenção Americana de Direitos Humanos - nulidade do julgamento

e) Na execução da pena, o cometimento de falta grave pode ensejar regressão do condenado para regime mais gravoso do que aquele fixado na sentença condenatória.

22. Em relação ao conceito reducionista do menorismo e da situação irregular assegurada pelo Código de Menores, é correto afirmar, considerando suas especificidades que:

a) Incumbe primeiramente ao Estado responsabilizar-se com o direito à educação, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos das Crianças.

b) É dever apenas da família da sociedade em geral, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária

c) Em que pese haver previsão constitucional não há previsão no ECA quanto ao princípio da absoluta prioridade da criança e do adolescente.

d) No julgamento da ADI 3446, o STF entendeu pela legitimidade da apreensão de crianças e adolescentes por motivo de perambulação.

e) Não se pode confundir as medidas de proteção com as medidas de responsabilização. O ECA é um avanço no sentido de separação e articulação entre a rede de proteção e a rede de responsabilização

23. Em relação a Lei nº 12.594/2012 (Lei do SINASE) assinale o entendimento jurisprudencial que corresponde ao entendimento dos Tribunais Superiores:

a) Há impeditivo legal para a internação de adolescente gestante ou com filho em amamentação ainda que seja garantida atenção integral à saúde do adolescente, além de asseguradas as condições necessárias para que a adolescente submetida à execução de medida socioeducativa de privação de liberdade permaneça com o seu filho durante o período de amamentação, em atenção ao Direito Penal Juvenil.

b) O simples fato de não haver vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade em unidade próxima da residência do adolescente infrator impõe a sua inclusão em programa de meio aberto.

c) Com base no livre convencimento motivado, o Juiz pode decidir contrariamente ao laudo psicossocial e impor medida diversa da sugerida pelo laudo.

d) Para o STJ é inconstitucional a internação de adolescentes gestante ou com filho em amamentação, com base no Direito Penal Juvenil.

e) No entendimento do STJ, é inconveniente a internação de adolescentes gestante ou com filho em amamentação, com base no Direito Penal Juvenil.

24. É possível a inscrição de pessoa homoafetiva no registro de pessoas interessadas na adoção _____. Assinale a alternativa que preenche corretamente a afirmação.

a) De crianças e adolescentes independentemente da idade.

b) Apenas de adolescentes.

c) Apenas de crianças com no mínimo 5 anos de idade.

d) De adolescentes, com no mínimo 16 anos de idade.

e) Apenas de crianças de tenra idade.

25 Em relação a autorização para viagens, assinale a alternativa que corresponde ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- b) A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
- c) A autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o segundo grau.
- d) É dispensável a autorização de viagens para o exterior quando acompanhado da genitora.
- e) Qualquer criança poderá viajar em território nacional sozinha, desde que autorizada pelos pais.

26. De acordo com o ECA, as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, exceto:

- a) Em regime de orientação e apoio sócio-familiar.
- b) Em regime de colocação familiar.
- c) Em regime de Liberdade assistida.
- d) Em regime de Abrigo
- e) Em regime de internação

27. Em relação a medida de internação prevista no ECA, assinale a alternativa incorreta:

- a) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- b) Será permitida a realização de atividades externas, a critério do juiz processante.
- c) Atingido o prazo máximo de 3 anos de internação, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.
- d) A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.
- e) Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

28. conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta em relação aos Direitos da Criança e do Adolescente.

- a) A prescrição penal não é aplicável nas medidas sócio-educativas.
- b) É dispensável a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão de medida socioeducativa.
- c) Em caso de discordância parcial quanto aos termos da remissão, não pode o juiz modificar os termos da proposta do Ministério Público no ato da homologação, para fins de excluir medida em meio aberto cumulada com o perdão.
- d) O fato do adolescente estar cumprindo medida socioeducativa longe da família viola o artigo 49 do ECA.
- e) No procedimento para aplicação de medida socioeducativa não é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.

DIREITO PENAL**Michael Procópio**

29. Analise as afirmações adiante e, à luz da doutrina, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Norma penal em branco ao revés (ou invertida) é aquela em que a complementação se dá no preceito sancionador e não no mandamento proibitivo.

b) Do princípio da intervenção mínima do Direito Penal decorrem a sua subsidiariedade e a sua fragmentariedade.

c) Pelo princípio da confiança, todo aquele que se conduz com observância ao dever de cuidado objetivo exigido, pode esperar que os demais participantes de idêntica atividade procedam do mesmo modo.

d) Entre outras características, o Direito Penal tem natureza constitutiva e sancionatória.

e) Nos crimes omissivos puros, exige-se a ocorrência de resultado naturalístico, uma vez que a simples omissão contida na norma não basta para que eles se aperfeiçoem.

30. As atividades desportivas e médicas são fomentadas pelo Estado em normas constitucionais ou infraconstitucionais. Se pensarmos em artes marciais, é notável que podem acontecer lesões corporais e até mesmo morte em relação aos envolvidos, em vista dos riscos inerentes às próprias atividades. Nesse sentido, conforme a doutrina de Zaffaroni e Nilo Batista, é correto afirmar que:

a) As condutas realizadas dentro das regras do jogo, ainda que se trate de esporte violento, devem ser consideradas materialmente atípicas.

b) Uma mordida na orelha, no contexto de uma luta de boxe, exclui a tipicidade conglobante, por envolver um esporte violento e permitido pelo Estado.

c) Deve-se considerar a tipicidade conglobante, que fica excluída no caso de intervenções médicas segundo a técnica atual e na violência exercida dentro das regras esportivas, como em um campeonato de jiu-jitsu.

d) A adequação social deve orientar o juiz para análise do risco não permitido, apto a gerar a imputação do resultado ao agente, razão pela

qual deve-se considerar atípica a conduta tida por aceitável pela sociedade, conforme a teoria social da ação.

e) A intervenção médica, segundo a *lex artis*, representa exercício regular do direito do médico a exercer sua profissão.

31. Julgue os itens a seguir:

I - A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

II- O Direito Penal brasileiro adotou a teoria limitada da culpabilidade, que trata o *error* sobre os pressupostos fáticos de uma justificante como erro de proibição indireto.

III - Em caso de concurso de crimes, as multas serão impostas sempre de forma cumulativa, podendo ser aumentadas até a metade se, em virtude da situação econômica do acusado, o juiz considerá-las ineficazes, ainda que aplicadas no máximo.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

a) I e II.

b) I.

c) II e III.

d) I e III.

e) II.

32. Analise a seguinte notícia publica pelo Portal G1/Goiás, com ocultação do nome da envolvida:

"A Polícia Civil prendeu a jovem L. M. S., de 23 anos, suspeita de matar por engano José Paixão dos Santos, de 59 anos, durante uma briga de bar no Jardim Europa, em Goiânia. Segundo o delegado responsável pelo caso, tudo aconteceu porque a mulher tem um problema de visão. (...) "Ela e o irmão foram buscar duas armas e voltaram atirando contra a mulher. Ela não foi ferida, mas pelo problema de visão da L.M.S., ela acabou atingindo um homem que estava há uns 20 metros do verdadeiro alvo dela", explicou o delegado."

Assinale a alternativa que traz a situação em que incorreu a jovem L.M.S, e a consequência penal:

- a) *Error in persona*, responderá por homicídio consumado.
- b) *Error in objecto*, responderá por homicídio tentado.
- c) *Aberratio ictus* por acidente, responderá por homicídio tentado.
- d) *Aberratio ictus* por erro no uso dos meios de execução, responderá por homicídio consumado.
- e) Erro de tipo essencial, só podendo responder por culpa.

33. Firmino, maior de idade, adentrou em uma loja de roupas de luxo e, apontando uma arma de fogo para a gerente do estabelecimento, retirou todo o dinheiro do caixa e o colocou em sua mochila. Ao sair da loja levando o dinheiro, Firmino foi abordado por policiais militares que passavam pelo local. Na delegacia, foi lavrado o auto de prisão em flagrante delito, e o dinheiro foi devolvido à pessoa jurídica vítima do delito patrimonial.

De acordo com a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que Firmino praticou o crime de roubo:

- a) Tentado, uma vez que não conseguiu a posse mansa e pacífica do dinheiro subtraído.
- b) Consumado, uma vez que o STJ adota a teoria da *apprehensio* no que se refere ao momento consumativo do roubo.
- c) Consumado, uma vez que STJ adota a teoria da *ilatio* no que se refere ao momento consumativo do roubo.
- d) Tentado, uma vez que o STJ adota a teoria da *ablatio* no que se refere ao momento consumativo do roubo.
- e) Tentado, uma vez que o STJ adota a teoria da *contractacio* no que se refere ao momento consumativo do roubo.

34. Analise as seguintes assertivas:

I – Felipe, imputável, cumpria pena de sete anos de reclusão em regime semiaberto. Em 20/03/2020, foi autorizado a realizar trabalho externo. Em 20/06/2020, ele saiu do estabelecimento penitenciário para o trabalho externo, mas não mais retornou. Por essa razão, foi expedido mandado de prisão contra ele. Abordado por policiais em um bar, Felipe identificou-se como Epaminondas. Ele foi encaminhado à delegacia e lá novamente se identificou como Epaminondas. A verdadeira identidade de Felipe foi descoberta somente dois dias depois. Assim, praticou o crime de falsa identidade, embora tenha alegado situação de autodefesa.

II – De acordo com a teoria geral preventiva, a pena busca evitar que o agente volte a delinquir. Deste modo, o encarceramento, por exemplo, evita a reincidência durante o período de sua duração.

III – A teoria da cculpabilidade às avessas preconiza que aquele sujeito, crescido em favela, sem condições de escolher muito sobre seu futuro, deve ter sua pena dosada ou perdoada, considerando a culpa da sociedade quanto a seus atos delitivos.

IV – A teoria correcionalista preconiza que a pena tem como função a correção ou melhora do indivíduo.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I e IV.
- d) I e III.
- e) III e IV.

35. Assinale a alternativa INCORRETA, considerando o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores:

- a) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.
- b) Comprovado não ter havido fraude, não se configura o crime de emissão de cheque sem fundos.
- c) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.
- d) É aplicável o princípio da insignificância nas contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas, entendimento que não se aplica no caso de crimes.
- e) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

Criminologia

Beatriz Pestilli

36. Analise o trecho abaixo extraído do relatório “São Paulo sob ataque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006”, de Human Rights Program at Harvard University, sobre as ocorrências criminais do período mencionado:

“As provas indicam que a polícia decidiu 'partir para cima' da população de forma abusiva e indiscriminada, matando mais de 100 pessoas, grande parte em circunstâncias que pouco tinha a ver com legítima defesa. Ademais, policiais encapuzados, integrantes de grupos de extermínio, mataram outras centenas de pessoas. Esses policiais realizaram 'caças' aleatórias de homens jovens pobres, alguns em função de seus antecedentes criminais ou de tatuagens (tidas como sinais de ligação com a criminalidade) e muitos outros com base em mero preconceito. Identificamos 122 homicídios contendo indícios de terem sido

execuções praticadas por policiais naquele período”.

A conclusão do relato é exemplo de:

- a) Direito penal do inimigo
- b) Cifras negras
- c) Teoria do Labelling Approach
- d) Direito penal subterrâneo
- e) Teoria da Subcultura Delinquente

37. “Trata-se da assunção das atitudes, dos modelos de comportamento, dos valores característicos da subcultura carcerária. Estes aspectos da subcultura carcerária, cuja interiorização é inversamente proporcional às chances de reinserção na sociedade livre, têm sido examinados sob o aspecto das relações sociais e de poder, das normas, dos valores, das atitudes que presidem estas relações, como também sob o ponto de vista das relações entre os detidos e o staff da instituição penal” (BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 184-185).

O trecho acima retrata o chamado fenômeno da prisionização, cuja temática é motivo de crítica, dentre outras, da seguinte linha de pensamento criminológico:

- a) Escola de Chicago
- b) Teoria da Desorganização Social
- c) Labelling Approach
- d) Escola Clássica
- e) Teoria das Janelas Quebradas

38. Com fundamento nas ideias de Jeremy Bentham e Michel Foucault sobre o panoptismo, assinale a alternativa incorreta.

- a) O sistema panóptico se refere apenas ao modelo de domesticação dos presos, verificado nas prisões, onde se busca um estado de dominação mental e de imposição silenciosa da força, gerando a chamada “docilização dos corpos”.
- b) O sistema panóptico consiste em um esquema arquitetônico, formada por um anel periférico e uma torre central, que permite a vigilância constante, evitando áreas de invisibilidade e gerando a garantia da ordem.
- c) O sistema panóptico induz à sensação de vigilância constante, em que se pretende que os indivíduos deixem de praticar condutas inadequadas socialmente por acreditarem que estão sendo observados ou vigiados.
- d) O avanço tecnológico tornou obsoleto o modelo arquitetônico, contudo o sistema panóptico permanece no modelo de vigilância contínuo despersonalizado, por meio de câmeras de segurança por exemplo.
- e) Apesar de fundamentalmente se referir às prisões, o sistema panóptico também pode ser encontrado em escolas, universidades, fábricas e hospitais, com o objetivo de manter os indivíduos sob controle por meio de uma aparente supervisão constante.

39. As Teorias Macrossociológicas da Criminalidade trouxeram uma repartição marcante das pesquisas criminológicas em dois grupos principais, de acordo como os sociólogos encaram a composição da sociedade e a formação do fenômeno criminal. Neste contexto são consideradas Teorias de Consenso:

- a) Labelling Approach, Escola de Chicago e Teoria da Subcultura Delinquente.
- b) Teoria da Anomia, Escola de Chicago e Teoria da Subcultura Delinquente.
- c) Teoria da Anomia, Teoria Crítica e Teoria da Associação Diferencial.
- d) Teoria do Etiquetamento, Teoria Crítica e Teoria da Associação Diferencial.
- e) Teoria da Rotulação, Teoria do Etiquetamento e Labelling Approach.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

40. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a competência em razão de ‘foro privilegiado’ somente se aplica aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relativos às funções desempenhadas. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) No caso de crime de lesão corporal cometido por deputado federal em âmbito doméstico e familiar contra a mulher, será competente para processamento e julgamento o Supremo Tribunal Federal.
- b) Somente serão julgados perante o Supremo Tribunal Federal parlamentares federais cuja prática do crime ocorreu posteriormente à diplomação e na constância do mandato.
- c) No caso de competência por prerrogativa de função, somente existirá segundo grau de jurisdição quando o agente for julgado perante o Tribunal de Justiça.
- d) Se um juiz de direito do Estado do Paraná pratica um crime comum em São Paulo/SP, será competente para processar e julgar esse delito o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- e) O foro por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal não prevalece sobre a competência do Tribunal do Júri.

41. De acordo com a redação vigente do Código de Processo Penal a respeito da prisão preventiva, é correto afirmar:

a) Poderá o juiz, apenas a pedido das partes, novamente decretar prisão preventiva revogada, se sobrevierem razões que a justifiquem.

b) A ameaça a testemunha pode constituir fundamento para a prisão preventiva, ainda que o perigo não permaneça no momento de sua decretação.

c) É incabível a decretação de prisão preventiva para crimes culposos e dolosos cuja pena máxima seja igual ou superior a 4 (quatro) anos.

d) Não será admitida a prisão preventiva com base na dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, tendo em vista o princípio *nemo tenetur se detegere*.

e) Não se permite a prisão preventiva quando verificada a existência de excludente de ilicitude.

42. A respeito das provas, julgue os itens a seguir.

I – Admite-se o aproveitamento da prova ilícita quando verificada a impossibilidade de obtenção de outros meios de prova, caso em que se configura exceção em razão do princípio da proporcionalidade.

II – Segundo o entendimento majoritário acerca do ônus da prova, à acusação se atribui o ônus de provar a materialidade e a autoria, enquanto ao réu incumbe demonstrar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos da acusação.

III – O direito brasileiro consagrou o sistema de avaliação da prova denominado de “íntima convicção”, segundo o qual se confere ao juiz liberdade na valoração das prova, devendo tomar a sua decisão cotejando todos os elementos probatórios apresentados no caso concreto e fundamentando a opção tomada.

IV – Diante da inexistência de amparo normativo, não se mostra possível, no âmbito do processo penal, a inversão do ônus da prova em desfavor do acusado.

Está correto o que se afirma em:

a) I e IV, apenas.

b) I, II e IV.

c) II e IV, apenas.

d) IV, apenas.

e) Nenhuma das assertivas.

43. O recurso em sentido estrito

a) é cabível somente nas hipóteses taxativamente previstas no Código de Processo Penal, não se admitindo interpretação extensiva.

b) será interposto, em regra, nos próprios autos e com prazo de 8 dias.

c) sempre será dotado de efeito devolutivo e extensivo.

d) será dotado, sempre, de efeito devolutivo e suspensivo.

e) é cabível contra a decisão que denegar ou julgar deserta a apelação.

44. A respeito das provas no processo penal, é correto afirmar:

a) no caso de inobservância de formalidades, ou no caso de omissões, obscuridades ou contradições existentes no laudo pericial, a autoridade judiciária não poderá determinar retificações; deverá determinar a realização de nova perícia, nomeando outro perito.

b) adota-se no direito processual brasileiro o sistema vinculatório ao laudo pericial, de modo que o juiz fica adstrito àquilo que concluiu a perícia, por se tratar de prova técnica fundamental para demonstração da materialidade.

c) o interrogatório é ato bifásico e consiste em meio de prova imprescindível para a elucidação dos fatos, de modo que a ausência de sua realização importará em nulidade absoluta.

d) a confissão, ato divisível e retratável, possui valor relativo, devendo ser analisada de acordo com as demais provas coligidas durante a persecução penal, podendo lhe ser conferida maior ou menor força, a depender do caso.

e) no reconhecimento de pessoas devem ser observadas, obrigatoriamente e sob pena de nulidade absoluta, as fases correspondentes ao

seu rito, sendo primeiro realizada a descrição da pessoa a ser reconhecida, seguida da indicação e da comparação com outras que com ela possuam qualquer semelhança.

45. No procedimento do Tribunal do Júri,

a) devem ser observados os princípios da plenitude de defesa e da fundamentação das votações.

b) a resposta positiva, de mais de 3 (três) jurados, ao quesito da materialidade do fato ou ao quesito da autoria ou participação, encerra a votação e implica a absolvição do acusado.

c) a sentença proferida pelo juiz-presidente é soberana, não podendo ser objeto de modificação ou substituição em sede de recurso.

d) caberá recurso de apelação quando for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.

e) viola o princípio da soberania dos vereditos a cassação da decisão do Tribunal do Júri manifestamente contrária à prova dos autos.

46. Dois policiais militares, há muito sabendo de indícios da prática de reiterados delitos de furto por José, acharam por bem em deixar um veículo parado, propositalmente, em frente ao local em que o suspeito costumava ficar, com o motor ligado e a chave na ignição. Após alguns minutos, visualizaram José adentrando ao veículo, que era de propriedade de um dos policiais e, antes mesmo que pudesse ter sido levado o bem (que tinha bloqueio eletrônico para qualquer deslocamento), abordaram-no e deram-lhe voz de prisão. A respeito desse caso hipotético, é correto afirmar:

a) José cometeu o delito de furto, ainda que tenha sido induzido a praticá-lo.

b) a prisão em flagrante deverá ser imediatamente relaxada. Isso porque houve tentativa de furto, crime de menor gravidade que não admite preventiva.

c) a Constituição Federal prevê, expressamente, relaxamento imediato da prisão. O CPP prevê o relaxamento como uma das possíveis decisões a serem tomadas na audiência de custódia.

d) deverá ser concedida liberdade provisória com arbitramento de fiança a José.

e) em até 24 (vinte e quatro) horas após a prisão, será entregue a José a nota de culpa, na qual deverá constar o motivo da prisão, sendo vedada (por segurança) a identificação dos policiais condutores.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

47. Assinale a opção que corretamente apresenta o entedimento dos Tribunais Superiores quanto aos delitos praticados no trânsito.

a) Conduzir automóvel na via pública sem habilitação é crime de perigo concreto, cuja tipificação exige a prova de geração do perigo de dano por parte do Ministério Público.

b) A morte instantânea da vítima torna a omissão de socorro atípica.

c) A embriaguez ao volante é crime de perigo concreto, em que a ingestão de bebida alcoólica e a condução perigosa do automóvel geram perigo de dano a ser comprovado por qualquer forma em Direito admitido.

d) Direção perigosa sem habilitação, vindo a causar lesões corporais em transeunte, implica dois crimes praticados em concurso formal.

e) Homicídio doloso, porém com dolo eventual, permanece sendo da competência do rito comum ordinário, por força de seu preceito secundário (detenção, de dois a quatro anos).

48. Caso hipotético: Leonardo e Fernando estavam visitando a Patagônia quando foram detidos por suposta prática de pesca ilegal. Presos e algemados, foram torturados por horas até assinar a confissão. Após alguns anos, chegando no Brasil, denunciam a prática de tortura e os policiais responsáveis por ela. A respeito dos crimes de tortura praticados, aponte a alternativa correta:

- a) Nossa lei de tortura pode ser aplicada a fatos praticados no estrangeiro e a competência será da Justiça Federal.
- b) Nossa lei de tortura não pode ser aplicada a fatos praticados no estrangeiro, pois não consta expressamente nas hipóteses de extraterritorialidade do Código Penal.
- c) Nossa lei de tortura pode ser aplicada a fatos praticados no estrangeiro e a competência será da Justiça Estadual.
- d) Nossa lei de tortura pode ser aplicada a fatos praticados no estrangeiro desde que, no presente caso, houvesse reciprocidade entre os países.
- e) Nossa lei de tortura não pode ser aplicada a fatos praticados no estrangeiro, pois o delito de tortura não foi caracterizado como transnacional.

49. José Júlio importou uma arma de fogo de uso proibido sem autorização da autoridade competente em seu jato particular. Chegando no aeroporto, foi flagrado com a arma e preso em flagrante. Nessa situação, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) não se admite, no caso, pena restritiva de direitos.
- b) não se admite, no caso, acordo de não persecução penal.
- c) não se admite, no caso, suspensão condicional do processo.
- d) não se admite, no caso, suspensão condicional da pena.
- e) não se admite, no caso, a progressão de regime.

50. Assinale a alternativa correta sobre as disposições normativas da Lei nº 9.099/95:

- a) Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, os autos serão encaminhados ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- b) Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, os autos serão encaminhados ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- c) A homologação da composição dos danos civis não impede o exercício do duplo grau de jurisdição por quem se sentiu prejudicado com o acordo.
- d) Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.
- e) Os embargos de declaração não serão cabíveis, pois afrontam o postulado da celeridade do rito comum sumaríssimo.

51. A respeito da colaboração premiada expressa na Lei de Lavagem de Capitais, indique a alternativa correta:

- a) a pena poderá ser reduzida de 1/6 a 2/3.
- b) admite-se o regime semiaberto, mas não o regime aberto.
- c) o juiz somente poderá substituir a pena de prisão por restritiva de direitos se a colaboração foi anterior ao recebimento da denúncia.
- d) os resultados da colaboração expressos na lei não são cumulativos.
- e) a colaboração não precisa ser espontânea, bastando a sua voluntariedade.

52. A respeito da Parte Geral das Lei das Contravenções Penais, marque a única alternativa correta:

- a) por força da baixa lesividade, a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido ou seu representante legal.
- b) a duração da pena de prisão simples não pode, em caso algum, ser superior a três anos.
- c) no caso de ignorância ou de errada compreensão da lei, quando escusáveis, a pena pode deixar de ser aplicada.
- d) em relação à pena de prisão simples, o trabalho será facultativo, se a pena aplicada, não exceder um ano.
- e) a lei brasileira será aplicada à contravenção penal praticada no exterior se atingir bem jurídico de interesse da União.

EXECUÇÃO PENAL

Ivan Marques

53. Nos exatos termos da Lei de Execução Penal (Lei 7.210, de 1984), comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

- a) presenciar movimento para subverter a ordem ou a disciplina.
- b) ouvir conversa sobre planos de fuga e não comunicar a direção do presídio.
- c) sofrer acidente de trabalho.
- d) recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.
- e) ter sido encontrado em sua cela coletiva aparelho celular.

54. Mário, estagiário da Defensoria Pública, para ajudar Rafael, preso há muito tempo, declarou falsamente ter o preso prestado serviços para fins de remição em sua sala. Após a descoberta da falsidade, a conduta do estagiário será:

- a) atípica, pelo viés humanitário.
- b) criminosa, caracterizando falsificação de documento público.
- c) criminosa, caracterizando falsidade ideológica.

d) atípica, por integrar as funções de defesa dos assistidos hipossuficientes.

e) criminosa, caracterizando fraude à execução.

55. O Congresso Nacional aprova e o Presidente da República sanciona uma redução na pena do art. 273 do Código Penal. Sabendo que Luiz está preso no regime fechado, cumprindo pena justamente por ter praticado esse delito, você, defensor público, requer a aplicação da novatio legis in mellius para o magistrado que indefere o seu pedido. Diante dessa situação e da publicação da decisão que indeferiu seu pleito, o recurso correto a ser interposto será:

- a) Apelação.
- b) Recurso em sentido estrito.
- c) Habeas corpus.
- d) Revisão criminal.
- e) Agravo em execução.

56. Álvaro sentia falta de ser popular entre os moradores de seu bairro e, para atingir esse intento, ofereceu crack gratuitamente para seus vizinhos. Tocou de porta em porta e entregou os pacotinhos com os seguintes dizeres - pedra da popularidade. Um dos vizinhos, ao perceber o conteúdo do pacote, acionou a Polícia Militar que prendeu Álvaro em flagrante delito, ainda com alguns pacotes. Sabendo que sua condenação se deu à pena máxima, que o condenado é primário, possui bons antecedentes, comprovou ser bancário e nunca integrou organização criminosa, assinale a alternativa que contém a porcentagem correta para fins de progressão de regime:

- a) 16%
- b) 20%
- c) 40%
- d) 50%
- e) 60%

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

57. Durante a greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018 - ato que gerou total desabastecimento de mercadorias em todo o país -, o seu Miguel, dono de uma rede de postos de gasolina, negociou seus estoques de combustível em um valor mais de 15 vezes o praticado no dia anterior.

A situação apresentada, nos termos do Código Civil, torna o negócio jurídico de compra do mencionado combustível eivado de:

- a) lesão;
- b) fraude contra credores;
- c) coação;
- d) dolo;
- e) erro;

58. De acordo com as disposições do Código Civil, o direito de laje

- a) é aplicável na hipótese de locação ou comodato de unidade edificada sobre a superfície da construção originalmente edificada sobre o solo.
- b) se projeta mediante fração ideal sobre o terreno onde se situa ou sobre outras áreas anteriormente edificadas.
- c) pode ser alienado ou gravado livremente por seu titular, permitindo-se ao adquirente a inclusão de uma única sobrelevação sucessiva.
- d) é aplicável às edificações e conjuntos de edificações construídos sob a forma de unidades isoladas entre si (condomínio edilício).
- e) permite a coexistência de unidade autônomas de titularidades distintas situadas em uma mesma área, dando ensejo à abertura de matrícula própria para cada uma das unidades.

59. Amanda, 17 anos completos, não consegue exprimir sua vontade de forma permanente.

Neste caso, de acordo com o Código Civil, Amanda:

- a) é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, não correndo contra ela a prescrição.
- b) é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, mas contra ela corre a prescrição.
- c) é incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, não correndo contra ela a prescrição.
- d) é incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, mas contra ela corre a prescrição.
- e) não é incapaz, absoluta ou relativamente, mas contra ela não corre a prescrição.

60. Acerca dos defeitos do negócio jurídico, nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A lesão pode anular o negócio jurídico ainda que a desproporção das prestações se manifeste posteriormente à celebração do negócio.
- b) O negócio jurídico celebrado com coação é nulo mesmo que a coação seja praticada por terceiro.
- c) Desde que escusável, é anulável o negócio jurídico por erro in negotio, in persona e in corpore.
- d) O dolo acidental não anula o negócio jurídico e, portanto, não gera direito à indenização.
- e) O negócio jurídico celebrado com simulação é anulável, apesar de não gerar prejuízos a terceiros.

61. Acerca da responsabilidade civil no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) o risco do desenvolvimento depende da prova de culpa para gerar direito à indenização.
- b) os filhos incapazes respondem solidariamente com seus pais pelos danos que causaram, desde que tenham bens próprios.
- c) a gradação da culpa como critério de equidade de indenização não foi adotada pelo Código Civil.
- d) a culpa contra a legalidade não afasta a necessidade de comprovação de dolo ou culpa do agente causador do dano.
- e) a cláusula penal equivale ao mínimo que o credor deverá receber em caso de descumprimento total ou parcial do contrato.

62. Conforme prevê o Código Civil, a novação, no direito das obrigações:

- a) pressupõe a inequívoca intenção de novar, porém, tal intenção poderá ser expressa ou tácita.
- b) somente pode ser configurada caso abranja todos os elementos da obrigação anterior, uma vez que não existe novação parcial.
- c) é presumida diante da modificação unilateral da forma de cumprimento da obrigação originalmente estatuída.
- d) pode ser utilizada licitamente como meio de validar obrigações nulas ou extintas.
- e) não atinge as obrigações acessórias, caso seja realizada observando a obrigação principal.

63. Em relação ao direito sucessório,

- a) legitimam-se a suceder somente as pessoas já nascidas no momento da abertura da sucessão, pela inexistência de direito adquirido às que tenham sido apenas concebidas na ocasião.
- b) aberta a sucessão, a herança transmite-se com a propositura do pedido de arrolamento ou de inventário, tanto dos herdeiros legítimos como dos testamentários.
- c) o herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbe-lhe, porém, a prova do excesso, salvo se houver

inventário que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados.

- d) havendo herdeiros quaisquer herdeiros vivos, o testador só poderá dispor de metade da herança.
- e) a sucessão abre-se no lugar do falecimento do autor da herança.

64. Pedro Paulo, capaz, com 23 anos de idade, decide propor cumprimento da sentença de alimentos contra seu pai, Leandro, que nunca pagou os alimentos fixados no divórcio, ocorrido três anos antes. Em caso de ajuizamento da ação,

- a) considerada a maioria de Pedro Paulo, apenas é possível a proposição de cumprimento de sentença para cobrar as últimas três parcelas alimentares vencidas.
- b) considerada a maioria de Pedro Paulo, não é possível que Leandro tenha sua liberdade restringida em razão da dívida alimentar.
- c) o cumprimento de sentença deverá ser limitado às prestações vencidas e inadimplidas nos últimos dois anos.
- d) o cumprimento de sentença poderá abranger todas as parcelas vencidas e inadimplidas.
- e) o divórcio dos pais de Pedro Paulo é relevante para definição do termo inicial da contagem do prazo prescricional.

65. Nos termos do Direito Civil brasileiro, a prescrição:

- a) se interrompe no momento da citação válida.
- b) não corre entre os cônjuges até o momento do divórcio.
- c) não pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, em nenhuma hipótese.
- d) não admite renúncia tácita, ou seja, quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- e) se interrompe e é contada desde o seu início, no caso de morte do credor.

66. Acerca das disposições sobre os alimentos no Código Civil, é correto afirmar:

- a) Os alimentos devem ser prestados exclusivamente em pecúnia, sendo necessariamente observadas as necessidades de saúde, lazer, vestuário e educação, inclusas no valor pago pelo devedor.
- b) É vedado ao credor renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora, exceto em se tratando de crédito de igual natureza.
- c) A obrigação de prestar alimentos não se transmite aos herdeiros do devedor.
- d) O novo casamento do cônjuge devedor extingue a obrigação alimentar para com o ex-cônjuge constante da sentença de divórcio.
- e) Na falta dos ascendentes, a obrigação de arcar com os alimentos cabe aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos parentes colaterais até quarto grau, inclusive.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

67. Marque a alternativa incorreta a respeito da competência:

- a) Para as ações de divórcio, será competente o foro do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz.
- b) O CPC autoriza que as partes estabeleçam, oralmente, cláusula geral de eleição de foro.
- c) O exercício do direito de ação no Juizado Especial Cível é facultativo para o autor.
- d) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.
- e) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.

68. Em relação aos pressupostos processuais, são pressupostos negativos, exceto:

- a) inexistência de coisa julgada.
- b) inexistência de convenção de arbitragem.

c) inexistência de litispendência.

d) nas demandas petitórias, a existência de processo possessório.

e) inexistência de preempção.

69. Em relação à reclamação, é correto afirmar:

a) Deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao relator do processo principal.

b) Não há possibilidade de eventual interessado impugnar o pedido do reclamante.

c) A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.

d) O presidente do tribunal determinará o cumprimento da decisão após a lavratura do acórdão.

e) Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.

70. Sobre os atos processuais, assinale a alternativa incorreta:

a) A mera referência à existência de feriado local previsto em Regimento Interno e em Código de Organização Judiciária Estadual é suficiente para a comprovação de tempestividade do recurso especial.

b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

c) Serão concluídos após as 20 (vinte) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

d) Dentre outras hipóteses, processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas a ação de alimentos e os processos de nomeação ou remoção de tutor e curador;

e) No que concerne aos prazos processuais, em relação a sua origem, eles podem ser classificados em prazos legais, prazos judiciais e prazos convencionais.

71. Sobre a resposta do réu, marque a alternativa correta.

- a) Em que pese o princípio da concentração da defesa, é vedado ao réu deduzir defesas logicamente incompatíveis.
- b) A regra da eventualidade se situa no plano vertical, na medida em que versa sobre a profundidade (qualidade) da defesa que se fará. Doutra lado, o ônus da impugnação específica reside no plano horizontal, tendo em vista que exige a apresentação de toda a matéria de defesa.
- c) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 05 (cinco) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- d) Apenas no caso de alegação de incompetência absoluta é possível que a contestação seja protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.
- e) Quando a descon sideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, incumbe ao sócio ou a pessoa jurídica, na contestação, impugnar não somente a própria descon sideração, mas também os demais pontos da causa.

72. No que diz respeito ao valor da causa previsto no Código de Processo Civil, é incorreto afirmar:

- a) Na ação indenizatória fundada em dano moral, corresponderá ao valor pretendido.
- b) Na ação de alimentos, o valor da causa é a soma das três últimas prestações pedidas pelo autor.
- c) Na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor será o valor da causa.
- d) Na ação em que houver pedido subsidiário, o valor da causa será o do pedido principal.
- e) Na ação em que houver cumulação de pedidos, o valor da causa corresponderá à soma de todos eles.

73. Sobre a ação de exigir contas, marque a alternativa incorreta.

- a) A ação de prestação de contas pode ser proposta pelo titular de conta-corrente bancária.
- b) É cabível ação de prestação de contas proposta contra empresa administradora de consórcio caso a empresa que promoveu as vendas não tenha concordado com os números apresentados.
- c) Cabe agravo de instrumento contra a decisão que julga procedente, na primeira fase, a ação de exigir contas, condenando o réu a prestar as contas exigidas.
- d) É possível, no curso dessa ação, a revisão de cláusulas contratuais.
- e) Depois de citado, o réu possui agora o prazo de 15 dias para apresentar a prestação de contas exigida pelo autor ou oferecer contestação.

74. Sobre execução de prestação alimentícia, leis as assertivas a seguir:

- I. Aos alimentos transitórios não se aplicam os instrumentos especiais da execução de prestação alimentícia.
- II. Os instrumentos diferenciados da execução de alimentos se aplicam tanto ao cumprimento de sentença quanto à execução de título extrajudicial.
- III. O Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher tem competência para julgar a execução de alimentos que tenham sido fixados a título de medida protetiva de urgência fundada na Lei Maria da Penha em favor de filho do casal em conflito.

Estão corretos os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) I e II.

75. Sobre a ação rescisória, é correto afirmar, exceto:

- a) Se a ação for fundada na obtenção de prova nova, o termo inicial do prazo para seu ajuizamento será o transito em julgado da última decisão proferida no processo.
- b) O terceiro juridicamente interessado, bem como aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção, possui legitimidade para ajuizar a ação rescisória.
- c) O relator ordenará a citação do réu, designando-lhe prazo nunca inferior a 15 (quinze) dias nem superior a 30 (trinta) dias para, querendo, apresentar resposta, ao fim do qual, com ou sem contestação, observar-se-á, no que couber, o procedimento comum.
- d) É cabível ação rescisória em face de decisão sem resolução de mérito.
- e) A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

76. Assinale a alternativa correta, levando-se em consideração o entendimento dos Tribunais Superiores:

- a) Cabe agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que defira ou indefira a expedição de ofício para que um terceiro apresente determinado documento, mesmo sem a instauração de incidente processual ou de ação incidental.
- b) Contra o acórdão que admite ou inadmite o IRDR é cabível agravo interno.
- c) Na apelação, a técnica da ampliação do colegiado não se aplica quando não houver unanimidade no juízo de admissibilidade recursal, devendo ser aplicada apenas no que tange ao julgamento do mérito do recurso.
- d) O juízo de admissibilidade do recurso ordinário em mandado de segurança deve ser feito pelo TJ ou TRF recorrido.
- e) A falta de recolhimento do preparo é vício formal que pode ser suprido pelo julgamento do recurso.

DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS

Lúcia Reinert

77. Em relação a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta:

- a) É constitucional lei estadual que proíba a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos
- b) Para que haja a apreensão de veículo utilizado na prática de infração ambiental é necessário que se comprove que o bem era utilizado de forma reiterada ou rotineiramente na prática de ilícitos ambientais
- c) O transporte em quantidade excessiva de madeira, não acobertada pela respectiva guia de autorização, legitima a apreensão de toda a mercadoria
- d) A responsabilidade administrativa ambiental é de natureza subjetiva
- e) A legislação municipal não pode reduzir a proteção conferida às áreas de preservação permanente previstas pelo Código Florestal

78. Em relação ao Meio Ambiente e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta

- a) As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.
- b) Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.
- c) A inversão do ônus da prova não se aplica às ações de degradação ambiental
- d) Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental
- e) É proibida, em todo o Brasil, a utilização de qualquer forma de amianto

79. A “CDPD” promulgada pelo Decreto nº 6.949/09 e estando em vigor desde 25 de agosto de 2009, a CDPD apresenta-se como legislação constitucional apta a produzir efeitos no ordenamento brasileiro. No artigo 4.b e 4.c, a CDPD impõe ao Estado brasileiro as obrigações gerais de: “Adotar todas as medidas legislativas, administrativas e de qualquer outra natureza, necessárias para a realização dos direitos reconhecidos na presente Convenção”. Em relação ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), assinale a alternativa incorreta:

a) O artigo 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência é expresso ao assegurar que as pessoas com deficiência têm o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições para com as demais pessoas, sendo a curatela um instrumento a ser utilizado apenas quando necessário, conforme dispuser a lei

b) A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.

c) Na sentença de curatela, deve constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado

d) A excepcional substituição da vontade, ainda que admitida na Lei Brasileira de Inclusão, no Código Civil e no Código de Processo Civil (curatela), limita-se aos atos de natureza negocial e patrimonial, não se permitindo substituição da vontade em relação a atos de natureza existencial.

e) No ato de requerimento de benefícios operacionalizados pelo INSS, não será exigida apresentação de termo de curatela de titular ou de beneficiário com deficiência, observados os procedimentos a serem estabelecidos em regulamento.

80. A Deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, exceto para:

a) casar-se e constituir união estável; exercer direitos sexuais e reprodutivos e exercer o direito de decidir sobre o número de filhos, por exemplo.

b) acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória.

c) exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

d) atos de natureza negocial e patrimonial

e) atos de natureza negocial, mas não patrimonial.

DIREITO DO CONSUMIDOR**Igor Maciel**

81. Acerca da responsabilidade nas relações consumeristas, é correto afirmar:

a) Nos vícios de quantidade, o fornecedor imediato será responsável quando fizer a pesagem ou a medição, ainda que o instrumento utilizado esteja aferido segundo os padrões oficiais.

b) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto aos primeiros, autorização em contrário do consumidor.

c) Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos, de modo que, nos casos de descumprimento, total ou parcial, dessas obrigações, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista pelas normas de administração pública.

d) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

e) Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação, e, sendo o dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.

82. “Gás e óleo” é a filial de um posto de gasolina, integrante de um grupo econômico que possui outros postos, que utiliza a bandeira “Texaco”. Porém, foi constatado que a empresa também vendia gasolina de outra marca sem que isso fosse avisado aos clientes. Diante dessa situação, foi ajuizada ação contra “Gás e óleo”, a qual foi julgada procedente. Ao ser intimada para cumprir a sentença, a empresa executada alegou que encerrou suas atividades, tendo

fechado o posto. Acerca dessa situação, é correto afirmar:

a) Restou caracterizada a publicidade abusiva, em razão da informação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, capaz de induzir em erro o consumidor.

b) Restou caracterizada a publicidade enganosa por omissão, que não está prevista expressamente no Código consumerista, mas é pacificamente aceita pela jurisprudência pátria.

c) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes das relações consumeristas.

d) Ainda que possuam CNPJ diversos e autonomia administrativa e operacional, as filiais são um desdobramento da matriz por integrar a pessoa jurídica como um todo, de modo que eventual decisão contrária à matriz por atos prejudiciais a consumidores é extensível às filiais.

e) A imposição de contrapropaganda será cominada apenas quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade abusiva, sempre às expensas do infrator, devendo ser divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade.

83. O art. 6º do CDC elenca uma série de direitos básicos do consumidor. O rol desses direitos é bastante amplo, não se limitando ao dispositivo citado, nem ao próprio texto do Código do Consumidor, o qual dispõe expressamente que os direitos previstos não excluem outros decorrentes de:

a) tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário e da legislação externa ordinária.

b) regulamentos expedidos pelas autoridades civis, militares e judiciárias competentes.

c) princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.

d) analogia, costumes e princípios.

e) leis ordinárias, regionais e locais.

84. Com relação à defesa do consumidor em juízo, é correto afirmar:

- a) Nas ações coletivas, a sentença fará coisa julgada ultra partes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese de tratar de direitos difusos.
- b) Nas ações coletivas, a sentença fará coisa julgada erga omnes, apenas no caso de improcedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese de tratar de direitos individuais homogêneos.
- c) As ações coletivas que tratam de direitos difusos e coletivos em sentido estrito não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.
- d) Os efeitos da coisa julgada, desde que erga omnes, não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.
- e) Os efeitos da coisa julgada não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente, mas, se improcedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Wagner Damázio

85. A doutrina administrativista brasileira faz alusão a diversos critérios para a definição do objeto do Direito Administrativo, sendo que alguns deles já se encontram superados. Acerca disso, julgue as assertivas abaixo:

I – O critério da Administração Pública é utilizado para definir que o Direito Administrativo é o conjunto de princípios que regem a Administração Pública.

II – O critério do Poder Executivo mostra-se incompleto atualmente, tendo em vista que a função administrativa também é desempenhada por outros Poderes e órgãos independentes e autônomos, tais como o Ministério Público e os Tribunais de Contas.

III – O critério das relações jurídicas é adequado para a compreensão atual do Direito Administrativo, na medida em que ele se presta a reger a relação entre o Estado e os particulares.

IV – O critério negativista ou residual é utilizado para definir precisamente o objeto do Direito Administrativo.

Estão corretas:

- a) I e II;
- b) II e IV;
- c) I, II e III;
- d) III e IV;
- e) II e III.

86. Sabe-se que o poder de polícia é uma atividade estatal restritiva dos interesses e liberdades privadas, impondo limites em favor do interesse público. Sobre esse poder da Administração, assinale a alternativa correta:

- a) Em sentido estrito, o poder de polícia alude a toda e qualquer atividade restritiva do Estado em relação aos direitos individuais.
- b) O poder de polícia pode abranger ações de fiscalização e sanção.
- c) A polícia administrativa manifesta-se apenas por meio de medidas repressivas.
- d) O fundamento do poder de polícia é a supremacia especial que o Estado exerce sobre todas as pessoas, bens e atividades.
- e) A discricionariedade está presente em todo e qualquer ato emanado pela polícia administrativa.

87. Sobre a coisa julgada administrativa, considere as assertivas abaixo:

I – Não se admite a existência da coisa julgada administrativa, uma vez que sempre é dado ao jurisdicionado recorrer ao Poder Judiciário em face de um ato praticado pela Administração Pública.

II – A coisa julgada administrativa é oponível ao Poder Judiciário.

III – A coisa julgada administrativa assemelha-se à coisa julgada formal, uma vez que impossibilita a alteração da decisão dentro do próprio processo administrativo.

IV – Diante de ilegalidade constatada, a existência de coisa julgada administrativa não impede a anulação do ato, desde que não ultrapassado o prazo decadencial.

Estão corretas:

- a) I e IV;
- b) I e II;
- c) I, III e IV;
- d) II e III;
- e) III e IV.

88. Das alternativas a seguir, assinale aquela que não corresponde adequadamente a uma hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93:

a) Contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

b) Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.

c) Contratação de fornecimento de água e coleta de esgoto com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

d) Construção, ampliação, reforma e aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública.

e) Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

89. A Lei Federal nº 10.520/02 traz o regime jurídico aplicável à licitação na modalidade pregão. Sobre ela, assinale a alternativa correta:

a) A adoção do sistema de registro de preços é compatível com a modalidade licitatória do pregão.

b) O prazo de validade das propostas será sempre de 60 dias, por expressa disposição legal.

c) É vedada a exigência de garantia contratual para os pregões.

d) Serviços comuns de engenharia não podem ser adquiridos por meio de pregão.

e) A Lei do Pregão possibilita a interposição de recursos em diversos momentos do procedimento.

90. Sobre as modalidades de extinção de um contrato de concessão de serviço público, assinale a alternativa correta:

- a) A caducidade da concessão deverá ser declarada pelo poder concedente quando a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações.
- b) A ocupação das instalações por parte do poder concedente é feita sempre com base nas previsões da Lei nº 8.666/93.
- c) O contrato de concessão pode ser rescindido por acordo entre as partes, no caso de ter sido uma iniciativa da concessionária.
- d) É imprescindível a edição de lei específica para viabilizar a encampação.
- e) A caducidade é declarada sempre por meio de lei.

91. Sobre a intervenção do Estado no Domínio Econômico, julgue as assertivas a seguir:

I – Ao Estado cabe o exercício das funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.

II – O tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras é um dos princípios da ordem econômica brasileira.

III – O ordenamento jurídico brasileiro não permite a definição livre de preços de produtos e serviços em mercados não regulados.

IV – O desempenho de atividade econômica de baixo risco não necessita de ato público de liberação.

- a) I e IV;
- b) II e III;
- c) I e II;
- d) II e IV;
- e) I e III.

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES DA DEFENSORIA DO ESTADO DO PARANÁ

Igor Maciel

92. Acerca da atuação e carreira da Defensoria Pública, é correto afirmar:

- a) O STJ afirmou que deve ser admitida a intervenção da Defensoria Pública da União no feito como custos legis nas hipóteses em que há formação de precedentes em favor dos vulneráveis e dos direitos humanos.
- b) Conforme a jurisprudência consolidada do STJ, existindo representação em Brasília, ou viabilizada a intimação eletrônica das Defensorias Públicas dos Estados em virtude de adesão ao Portal de Intimações Eletrônicas, impõe-se o indeferimento de requerimentos da Defensoria Pública da União no sentido de assumir a defesa de pessoas já assistidas pelas Defensorias Públicas estaduais.
- c) O Poder Judiciário pode impor a nomeação de Defensores para atuar em processos na Justiça Militar do Distrito Federal, na hipótese de ser reconhecida a inexistência de profissionais concursados em número suficiente para atender toda a população do DF.
- d) É constitucional dispositivo da Constituição Estadual que concede aos Defensores Públicos a aplicação do regime de garantias, vencimentos, vantagens e impedimentos do Ministério Público e da Procuradoria-Geral do Estado.
- e) Defensores Públicos exercem atividades de representação judicial e extrajudicial, de advocacia contenciosa e consultiva, o que se assemelha bastante à Advocacia, tratada em Seção à parte no texto constitucional, razão pela qual precisam de inscrição na OAB para exercerem suas atribuições.

93. De acordo com a Constituição Federal acerca da Defensoria Pública, é incorreto afirmar:

a) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

b) Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

d) Às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

e) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

94. De acordo com a LC 136/2011, são objetivos da Defensoria Pública do Estado do Paraná, exceto:

a) a afirmação do Estado Democrático de Direito.

b) a prevalência e efetividade dos Direitos Humanos.

c) a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

d) a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

e) a prestação de orientação jurídica e exercício da defesa dos necessitados, em todos os graus.

95 Compete privativamente ao Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por Lei ou que forem inerentes a seu cargo:

a) exercer a chefia da Coordenadoria de Planejamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Paraná, cumprindo e fazendo cumprir as normas técnicas de elaboração dos planos, programas, projetos e orçamento, promovendo o acompanhamento de sua execução.

b) exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

c) elaborar lista tríplice destinada à promoção por merecimento.

d) dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

e) aprovar a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná e decidir sobre as reclamações a ela concernentes.

FILOSOFIA DO DIREITO E SOCIOLOGIA JURÍDICA

Jean Vilbert

96. “Crie toda a felicidade que você for capaz de criar; remova toda a miséria que você for capaz de remover. Fazendo isto todos os dias você irá trazer algo de bom aos outros ou diminuir seus sofrimentos”.

Sobre o modelo de pensamento de Jeremy Bentham, marque a opção CORRETA:

- a) Toda a legislação bem como as escolhas públicas e privadas são e devem ser guiadas por um único parâmetro condutor.
- b) As normas a regular a sociedade devem ser analisadas sob uma perspectiva mais teórica do que prática.
- c) As leis devem ser sempre obedecidas porque são úteis à vida do homem em sociedade.
- d) As normas do direito natural são superiores aos preceitos do direito positivo.
- e) Os direitos fundamentais limitam as escolhas possíveis aos homens na busca de sua felicidade individual e coletiva.

97. Considere a seguinte afirmação de Platão: “Quem comete uma injustiça é sempre mais infeliz que o injustiçado”. De fato, é **CORRETO** concluir que:

- a) Como a justiça é uma virtude, o justo é obtido pelos sentimentos inatos do homem.
- b) O homem encontra a virtude da justiça em seu interior, por isso o silvícola será sempre mais virtuoso e justo do que o homem da *polis*.
- c) A justiça é uma virtude institucional, pois própria das relações sociais e, por consequência, das relações do Estado.
- d) A justiça está nas leis, em sua obediência, não estando em qualquer virtude externa.
- e) Justiça é retribuir o mal com o mal e o bem com o bem, fazer bem aos amigos e mal aos inimigos.

98. Sobre as classes sociais é **INCORRETO** afirmar:

- a) As antiguidades grega e romana adotavam uma importante divisão entre os cidadãos (eupátridas) e os não cidadãos (apátridas).
- b) É marcante na Idade Média a divisão entre nobreza, o clero e o povo.
- c) Importantes teorias sociológicas da modernidade estabeleceram a divisão entre burguesia e proletariado.
- d) Uma das divisões possíveis é estratificar grupos sociais de acordo com o modo como consomem bens, ou seja, estilos especiais de vida.
- e) Historicamente, as divisões das classes sociais seguem o parâmetro quantitativo.

99. Qual é um conceito **NÃO** admitido de cultura:

- a) Modo de vida global de um povo, que leva a um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens.
- b) Legado social que o indivíduo adquire do seu grupo, um celeiro de aprendizagem em comum.
- c) Conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes, criando um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento.
- d) Abstração do comportamento, uma forma de pensar, sentir e acreditar.
- e) Necessariamente manifestações externas como pintura, música, teatro.

100. Sobre o objeto da sociologia é **CORRETO** afirmar:

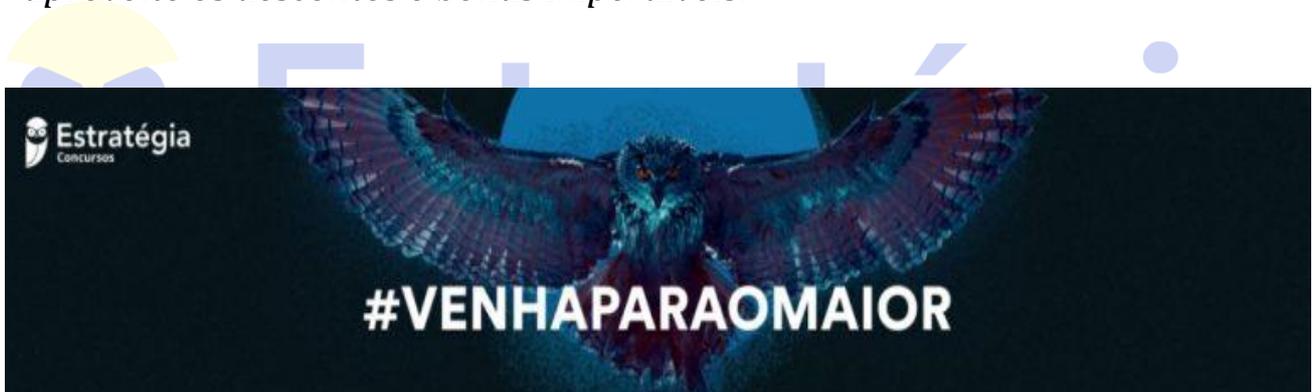
- a) Para Émile Durkheim são os fatos sociais.
- b) Para Max Weber é a totalidade da vida social do homem.
- c) Para Leonard T. Hobhouse são as relações sociais.
- d) Para Georges Gurvitch é a ação social.
- e) Para Leopold Von Wiese são os fenômenos sociais.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DPE-PR-18-07>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



CONFIRA: [CURSO PARA DPE-PR](#)